



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



ACORDO DE PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE DE RIO CARDOSO: políticas públicas e práticas de r-existência em Limoeiro do Ajuru, Pará

Ariete Pastana Leão^I , Mário Júnior de Carvalho Arnaud^{II} 

^I Geógrafa (UFPA), mestranda do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, Pará[PA], Brasil

^{II} Geógrafo(UFPA), Doutor em Geografia (UFU)/Coordenador do Grupo de estudo e pesquisa em Geografia Agrária e Território na Amazônia Tocantina (GEAT), Universidade Federal do Pará, Cametá, Pará[PA], Brasil

RESUMO

O presente artigo busca investigar o que levou a comunidade do Rio Cardoso no município de Limoeiro do Ajuru, Pará, a criar o Acordo de Pesca, tendo por objetivos específicos analisar a formação do Acordo de Pesca, compreender como a criação do acordo mudou as relações dentro e fora da comunidade e entender como a comunidade organiza o Acordo de Pesca, haja vista que tais políticas são importantes para a comunidade ribeirinha, mas, nem sempre estão sendo ativas. Desse modo procuramos investigar as configurações desse Acordo de Pesca entre os anos 2003 a 2008, analisando seus impactos e efeitos nos âmbitos socioeconômico, cultural, na defesa do território ribeirinho. Para uma melhor compreensão deste trabalho buscamos bibliografias que pudessem elucidar de maneira explicativa o assunto proposto. Utilizamos a Pesquisa de Campo como metodologia para levantar informações acerca do assunto aqui trabalhado, foi feita a partir de entrevistas com líderes do acordo da comunidade ribeirinha em estudo e pessoas que fazem parte deste, para então se cumprir as metas aqui propostas. Após as análises das informações, constatamos que o acordo de pesca na localidade de Rio Cardoso surge como uma forma de R-existência da comunidade ribeirinha diante dos grandes projetos capitalistas como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sendo este, uma demonstração de sua identidade, a qual tenta manter-se firme diante das dificuldades que surgem.

Palavras-chave: acordo de pesca; comunidade de Rio Cardoso; ribeirinhos.

RIO CARDOSO COMMUNITY FISHING AGREEMENT: Public Policies and Existence Practices in Limoeiro do Ajuru, Pará

ABSTRACT

This article seeks to investigate what led the community of Rio Cardoso in the municipality of Limoeiro of Ajuru, Pará, to create the Fisheries Agreement, with the specific objectives of analyzing the formation of the Fisheries Agreement, understanding how the creation of the agreement changed the relationships within and outside the community, and understanding how the community organizes the Fisheries Agreement, given that such policies are important for the riverine community, but are not always being active. Thus, we sought to investigate the configurations of this Fisheries Agreement between 2003 and 2008, analyzing its impacts and effects on the socioeconomic, cultural, and territorial defense of the riverine territory. For a better understanding of this work, we searched for bibliographies that could elucidate the proposed subject in an explanatory way. We used the Field Research as a methodology to gather information about the subject worked here, it was made from interviews with leaders of the agreement of the riverine community under study and people who are part of it, to then meet the goals proposed here. After analyzing the information, we found that the fishing agreement in the Rio Cardoso locality emerges as a form of R-existence of the riverside community in the face of major capitalist projects such as the Tucuruí Hydroelectric Power Station, and this is a demonstration of their identity, which tries to stand firm in the face of the difficulties that arise.

Keywords: fishing agreement; community of Rio Cardoso; riverside dwellers.

ACUERDO COMUNITARIO DE PESCA DE RIO CARDOSO: Políticas Públicas y Prácticas de Existencia en Limoeiro do Ajuru, Pará

RESUMEN

Este artículo busca investigar qué llevó a la comunidad de Rio Cardoso, en el municipio de Limoeiro d Ajuru, Pará, a crear el Acuerdo de Pesca, con los objetivos específicos de analizar la formación del Acuerdo de Pesca, entender cómo la creación del acuerdo cambió las relaciones dentro y fuera de la comunidad, y comprender cómo la comunidad organiza el Acuerdo de Pesca, dado que tales políticas son importantes para la comunidad ribereña, pero no siempre están siendo activas. Assim, procuramos investigar as configurações deste Acordo de Pesca entre 2003 e 2008, analisando os seus impactos e efeitos nas esferas socioeconômica e cultural, e na defesa do território ribereiro. Para uma melhor compreensão desse trabalho buscamos bibliografias que pudessem elucidar de maneira explicativa o assunto proposto. Utilizamos a Pesquisa de Campo como metodologia para levantar informações acerca do assunto aqui trabalhado, foi feita a partir de entrevistar líderes do acordo da comunidade ribeirinha em estudo e pessoas que fazem parte disto, para então se cumprir as metas aqui propostas. Después de analizar la información, constatamos que el acuerdo de pesca en Río Cardoso aparece como una forma de R-existencia de la comunidad ribereña frente a grandes proyectos capitalistas como el Complejo Hidroeléctrico de Tucuruí..

Palabras-clave: acuerdo de pesca; comunidad de Rio Cardoso; habitantes de la ribera.

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca investigar o que levou a comunidade do rio Cardoso no município de Limoeiro do Ajuru, Pará, a criar o acordo de pesca. Tendo como objetivos específicos analisar a formação do acordo de pesca, compreender como a criação do acordo mudou as relações dentro e fora da comunidade e entender como a comunidade organiza o Acordo de Pesca, uma vez que este visa suprir a “ausência” de políticas públicas e os impactos ocasionados com a Construção do empreendimento de infraestrutura, Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

As comunidades tradicionais vêm assistindo seus direitos sendo negados e silenciados durante anos. Porém, nas últimas décadas estas têm buscado se organizar e lutar para defender seu território procurando suprir a ausência de iniciativas estatais que possam ajudar na proteção não só ambiental, mas também em sua identidade ribeirinha. Uma forma de organização dos povos ribeirinhos são os chamados Acordos de pesca, acordos que tratam, de uma maneira geral, do uso dos recursos pesqueiros na sua comunidade. Para falar do Acordo de Pesca na localidade aqui apresentada, foi necessário aprofundar-se sobre a vivência dos povos ribeirinhos de maneira científica, objetiva e imparcial, para assim compreendê-la num campo científico e geográfico. O título do artigo faz alusão ao Acordo de Pesca Artesanal por ser justamente a predominância da pesca artesanal no município estudado.

Para tanto, fez-se uso de um arcabouço bibliografias que tratam sobre assuntos referentes ao tema em questão entre outros conceitos expostos nesta pesquisa, a exemplo de autores como Costa, Fernandes, Santos, Pereira, Arnaud e entre outros, os quais contribuíram significativamente para o bom andamento desta pesquisa. Através de entrevistas buscamos elucidar os objetivos aqui propostos, revisão de Estatutos e Atas de reuniões sobre o presente Acordo de Pesca.

Desse modo, organizamos o trabalho em que na primeira parte temos um apanhado geral do tema, apresentamos o referencial teórico bibliográfico em que a pesquisa foi embasada, com os argumentos de autores que discutem a respeito do tema exposto, buscando ainda refletir sobre os processos históricos dos movimentos socioterritoriais na região amazônica, mostrando as mudanças ocorridas nesta no decorrer dos anos. Posteriormente, temos o acordo de pesca na região Tocantina, especificamente direcionado para o Acordo de Pesca existente na comunidade do Rio Cardoso, percorrendo suas dificuldades, limites e efeitos para os agentes integrantes do mesmo. E, por fim, nas considerações finais apontam para o Acordo de pesca da/na comunidade do rio Cardoso como uma forma de suprir a ausência de políticas públicas nessa localidade e também como uma forma de r-existência da comunidade ribeirinha.

1. Acordos de pesca artesanal na amazônia: uma breve reflexão sobre os processos históricos

O potencial pesqueiro na Amazônia é grande e apresenta duas contradições: 1- ao passo que suas comunidades tradicionais pesqueiras veem esta atividade ser ameaçada, 2- a mesma não é aproveitada como condição de geração de rendas aos pescadores artesanais, devido entre outras coisas, falta de políticas que concretamente atinjam esse objetivo. Ao longo

do processo de colonização dessa região, aliás, o que temos em grande relevância é marcante degradação de seus recursos naturais, principalmente com a derrubada de suas áreas florestadas, configurando o empobrecimento e/ou escassez dos recursos aos próprios habitantes. Considerando a existências de projetos de investimentos na região amazônica como a usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí.

Nesse âmbito, o que se tem é a poluição das águas, mudanças em seu curso e dinâmica natural, com seus bancos de micro-organismos são atingidos, enfim alterando todo um ecossistema aquático. Temos no Baixo Tocantins a imposição de uma grande obra de infraestrutura, a UHE de Tucuruí- a qual contribuiu de forma decisiva na qualidade de vida da população da região. O setor pesqueiro, com a incorporação de novas técnicas para a captura do pescado como malhadeiras, arrastadeiras, barco a motor, fio de nylon, redinhas e a criação de barcos equipados com urnas para gelar e estocar o pescado, com isso a velha prática de salgar os peixes¹ foi sendo substituída pela conservação através do gelo em urnas o que fez com que houvesse um aumento da produção da atividade pesqueira na Amazônia (BARTHEM, et al, 1997, p. 173).

Por outro lado, devido à introdução dessas tecnologias acima descritas, o setor pesqueiro teve um crescimento considerável, porquanto, a elevação da procura pelo pescado nos centros urbanos e a profissionalização do pescador acelerou esse crescimento. Fato este que fez com que a região amazônica fosse explorada de maneira ainda mais intensa.

Para Costa (2010), os impactos das atividades pesqueiras, são vistas com;

Consequência direta dessas medidas, nas últimas três décadas houve uma reconhecida diminuição da abundância de alguns estoques de peixes, ocasionado pelo desenvolvimento e acirramento da pesca comercial e das mudanças tecnológicas, que vieram a aumentar a oferta de pescado, contribuindo também para a intensificação dos padrões de exploração dos principais estoques que passaram a escassear. Aliado a isto, tem-se a falta de ação eficiente do poder público, responsável por gerenciar o recurso pesqueiro, na qual as normas existentes para o ordenamento pesqueiro vigente, na maior parte das vezes são inadequadas às realidades locais, não sendo cumpridas e/ou fiscalizadas. (COSTA, 2010, p. 16).

Com exploração exacerbada, a degradação de espécies foi inevitável, acarretando impactos negativos para as famílias ribeirinhas. As políticas de incentivos à exploração pesqueiras surtiram efeitos expressivos, entretanto, as políticas de prevenção e fiscalização foram visivelmente falhas.

¹Método de preservação baseado na penetração do sal no interior dos tecidos. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,quem-salga-tem-imp-,4909>. Acesso em 01 de Out de 2019.

A região amazônica sofreu transformações no espaço com o tempo, principalmente na década de 1980, com processo de redemocratização, a flexibilização estatal descentralizando políticas ambientais entre união, estados e municípios. A inclusão de outros atores nas discussões ambientais e a incorporação desta nos próprios movimentos sociais, ou seja, “há um entrelaçamento de movimentos na medida em que um influencia o outro, isto é, os movimentos sociais passam a incorporar o temário ambiental e os movimentos ambientais passam a considerar as questões sociais” (ARNAUD, 2010. p. 37). O movimento neste período com destaque denomina-se, Movimento dos Povos da Floresta, união de seringalista, índios e povos tradicionais da Amazônia nas lutas contra o modelo de exploração florestais, os povos da floresta reivindicam seus direitos e começam a se organizar para defender seus territórios, nasce uma aliança entre os povos das florestas (ARNAUD, 2010. p. 37).

Na região do baixo Tocantins, um divisor de água para os movimentos socioterritoriais foi à construção Hidrelétrica de Tucuruí, a dependência dos ribeirinhos a pesca, com barramento do Rio Tocantins, estoque de peixes diminuem e até o desaparecimento de algumas espécies nas regiões ribeirinhas do Rio Tocantins. Por consequência, “grande parte da população migra para as cidades, aumentando a demanda pelo pescado, o que concorre para a intensificação da pesca comercial e predatória” (PEREIRA, 2015, p. 208). Diante desta “precarização do território”, ou seja, a “inclusão precária” (HAESBAERT, 2019, p. 315-317), pesca predatória e os impactos negativos por consequência da UHE de Tucuruí, comunidades ribeirinhas criaram o que é conhecido como Acordos de Pesca.

Sendo na década de 80, a década das reivindicações de movimentos de resistência. Já na década de 90, marcou-se pelas lutas de energia elétrica e a formação dos Acordos de Pesca “tivemos ainda uma multiplicidade de movimentos, organizações e lutas sociais nos quais os ribeirinhos foram os principais protagonistas” (PEREIRA, 2015, p. 217).

Os Acordos de Pesca surgem como movimentos das comunidades quando estas se vêem diante da falta de alimentos. O que entende-se por acordo de pesca?

Entende-se por acordo de pesca um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros (IBAMA) em uma determinada área e / ou região, definida geograficamente (Conselho Pastoral dos pescadores –CPP, s/d. p. 23).

Na medida em que temos os atingidos pelas problemáticas causados à atividade pesqueira, os pescadores reivindicam a “posse” dos recursos pesqueiros localizados em suas

áreas territoriais, porém esta noção de “posse” desses recursos é raramente aplicada aos rios, sendo reconhecido que a captura provinda dos rios pertence a quem pescar (McGRATH *et al*, 1993 apud: COSTA, 2010, p. 17).

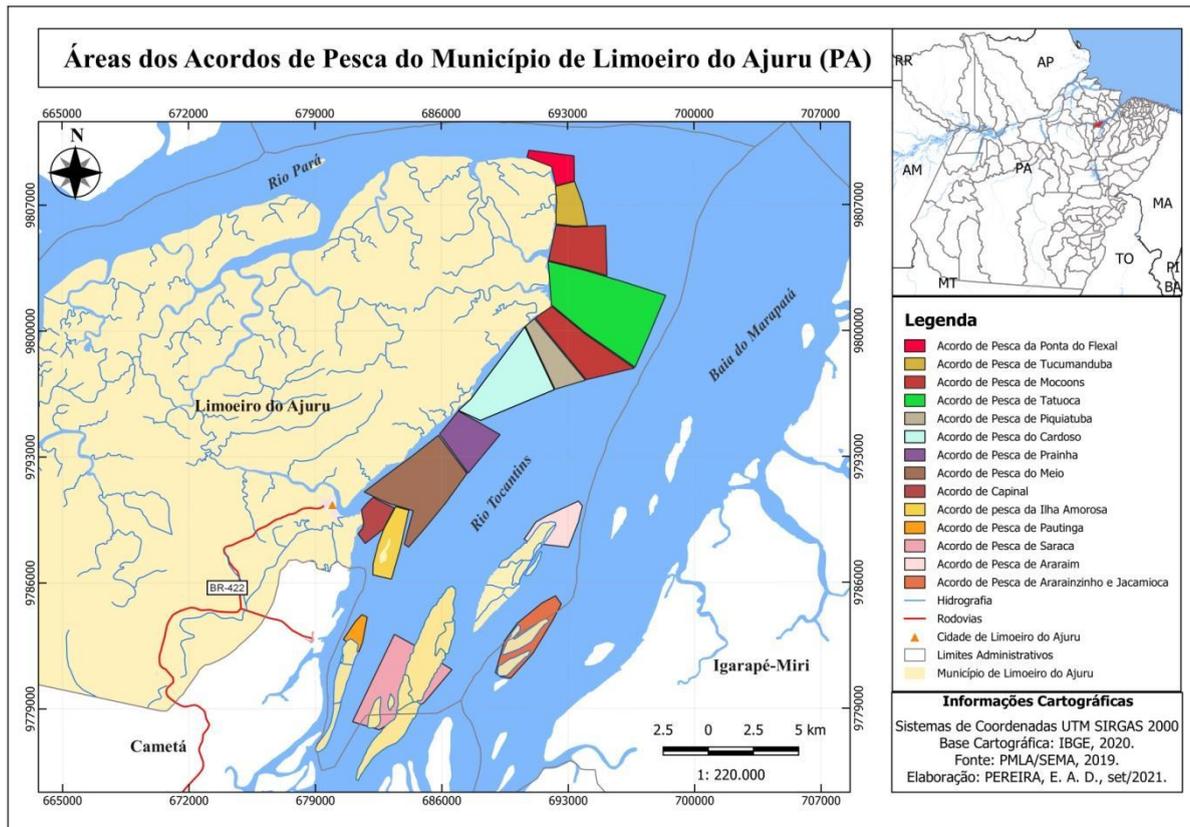
A criação dos acordos são para suprir as necessidades individuais e coletivas podem ser entendidos como arranjos participativos locais de grupos sociais de pescadores. Os Acordos de Pesca Artesanais, os quais podem ter variadas nomenclaturas, sendo organizações com diferentes objetivos, territórios delimitados com regras de impedimento de invasores (pescadores que não fazem parte do acordo). Segundo Santos (s/d, p. 3).

Os chamados “acordos de pesca” podem ser considerados como uma das experiências mais interessantes de manejo de recursos pesqueiros controlados por populações ribeirinhas no Brasil e, mais particularmente, em águas interiores e regiões de várzeas da Amazônia. Trata-se de experimentos de participação social que podem ser lidos de diferentes formas, pois podem assumir distintas modalidades que diferem entre si de acordo com as motivações, objetivos sociais, peculiaridades do ecossistema e, sobretudo, pelos diferentes contextos sociais e institucionais das localidades e comunidades ribeirinhas. Os “acordos de pesca” podem ser definidos como arranjos participativos locais em que as comunidades ribeirinhas tencionam regulamentar os recursos pesqueiros e restringir as capturas em regiões de várzea da Amazônia (SANTO, S/d, p.3)

2. Os acordos de pesca na Amazônia Tocantina: o caso da comunidade de Rio Cardoso

O município de Limoeiro do Ajuru que fica na foz do rio Tocantins possui quatorze Acordos de Pesca. O Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso fica localizado entre os acordos de pesca de Prainha e Piquiatuba, esta região com maior predominância de Acordos de Pesca chama-se Beiradão, vejamos no mapa.

Figura 1-Mapa de localização dos acordos de pesca do município de Limoeiro do Ajuru



Fonte: Pereira, 2021.

Na comunidade do Rio Cardoso o Acordo de Pesca começou a ser pensado com os movimentos da jusante Tocantina com a construção da UHE Tucuruí, com pessoas advindas de outros municípios para capturar peixes na comunidade do rio Cardoso, passam a ser vistas como invasoras pela comunidade, pois, estas capturavam os cardumes de peixes e os comercializavam em grandes escalas, não deixando parcela alguma do pescado na comunidade.

Segundo relatos dos moradores e pescadores da comunidade do Rio Cardoso, os moradores não podiam pegar os peixes das redes de pesca e, caso tentassem pegar eram vistos como “ladrões”. Desse modo, começou a ocorrer uma drástica diminuição dos cardumes, fator consequente da pesca predatória.

A região Tocantina mudou drasticamente com a construção da UHE Tucuruí, sendo o fator principal para a diminuição do pescado impactando diretamente e negativamente na vida dos ribeirinhos, já que esse recurso é a principal fonte alimentícia destes. A crescente poluição e devastação dos recursos naturais também contribuíram para uma mobilização dos moradores da comunidade do Rio Cardoso em se organizar e criar o atual Acordo de Pesca dessa localidade.

Segundo afirma Pereira (2014),

Nas comunidades ribeirinhas os Acordos de pesca foram ao mesmo tempo uma das principais fontes de conflitos, em termos das disputas pelos recursos pesqueiros escassos, e uma das principais formas de resistência territorial pela demarcação de um território comunitário, melhor dizendo, por uma nova “codificação de territórios ribeirinhos”, no qual os rios e os recursos pesqueiros de uso comum são regulados por um acordo com regras escritas coletivamente formuladas (PEREIRA, 2014, p. 297).

Na comunidade estudada a criação do Acordo surgiu para solucionar os problemas e conflitos enfrentados, sendo ponto chave para a organização e demarcação/defesa do território, território este que envolve disputas de poder. .

Em 2003, as famílias da comunidade do Rio Cardoso criam o Acordo de Pesca que nasce através de uma iniciativa local de regulamentação da pesca face à ausência ou ineficiência do Estado na regulamentação e fiscalização da atividade pesqueira (JACAÚNA, 2010, p.5). Nessa primeira fase do acordo de pesca é denominado “Acordo Grande ou Acordo de pesca Beiradão”, o qual, a princípio era composto por diversas comunidades. Porém, pelo fato desse Acordo abranger uma área extensa, tornou-se dificultoso controle territorial, ocasionando assim conflitos internos, devido aos interesses individuais, a exemplo da discordância sobre a destinação dos recursos econômicos e dos peixes capturados (Entrevistado A– líder comunitário, realizada em 15 de Set. de 2021).

Em 2008, a comunidade do rio Cardoso se reúne em assembleia para discutir e aprovar a desintegração da comunidade do Acordo Beiradão e assim criar seu próprio Acordo de pesca. Desse modo, no mesmo ano foi criado o Estatuto do Acordo de Pesca do Rio Cardoso com regras que assegurem à comunidade ter acesso ao pescado e controle do território pesqueiro.

Durante o período de proibição da pesca, conhecido como defeso ou piracema (período de reprodução das espécies), os integrantes deste Acordo se dividem em grupos de vigilância, o qual tem o intuito de impedir as invasões de pescadores que não respeitam o período da reprodução dos peixes, esses grupos de vigilantes se alternam diariamente. Porém, mesmo com o esforço dos moradores da comunidade em impedir as invasões, estas ainda persistem, ameaçando a vivência dos ribeirinhos, os quais relatam que se sentem ameaçados, devido à ausência de fiscalização da polícia ambiental na região (SISTEMATIZAÇÃO dos acordos de pesca do Rio Cardoso, Limoeiro do Ajuru (PA). 12 abr. 2017).

A presença mais efetiva do estado é essencial para a melhoria na manutenção dos acordos, na contenção das invasões no território do acordo de pesca. Após a criação do Acordo de Pesca, mudanças positivas ocorreram principalmente na forma de organização das famílias, pois as mesmas passam a usufruir dos benefícios no que diz respeito aos recursos econômicos e

aos recursos pesqueiros, melhorando assim a qualidade de vida e a conservação das espécies. Até mesmo se percebe mudanças comportamentais na vida do ribeirinho, como exemplo, pessoas que antes praticavam a pesca no período da proibição atualmente têm participação ativa no combate à pesca predatória. Além do poder de intervenção e articulação da comunidade no uso e de controle dos recursos disponíveis, como ressalta Arnaud (2010. p. 82).

Os acordos de pesca representam de fato uma intervenção sobre o território. A ação das comunidades leva a entender o seu poder de articulação e intervenção na localidade, com poder de decisão sobre o uso e o controle dos recursos disponíveis. É uma experiência rica de gestão ambiental a partir de instrumentos e atores fora da realidade institucional [...]. (ARNAUD, 2010. P. 82.)

As comunidades engrandecem com os acordos, mesmo com os desafios enfrentados, o acordo de pesca é uma gestão ambiental forte, articulada e com capacidade de intervir dentro, até mesmo fora da comunidade.

Pereira (2014) ressalta ainda, que,

[...] o Acordo é uma referência identificadora da comunidade para os outros, é um processo que demarcou claramente o espaço de direito de uso da comunidade (território), sobre o qual pode exercer coletivamente sua jurisdição (exercício espacial do poder), controlando e proibindo a entrada de pessoas que visem praticar formas de pesca que contrariem o estabelecido no Acordo. E até mesmo as práticas de pescas dos moradores da localidade. O Acordo traça uma nova geometria de poder na comunidade (PEREIRA, 2014, p. 299).

De fato, se enraízam as identidades da organização do movimento, ou seja, sua representação para que estar de fora é notável e indiscutível. Percebemos que no processo histórico da comunidade ocorre uma luta constante para defender seus territórios e seus recursos, os conflitos, as territorialidades criadas para resistir, as reconfigurações do espaço e as “ausências” de políticas voltadas para a realidade dos ribeirinhos, políticas neoliberais favorecem os interesses do capital. Mas, o enfrentamento/resistência das comunidades engrandecem os movimentos socioterritoriais das mesmas, as raízes identitárias comunidades com simbolismos dos acordos de pesca representam a defesa do território político, econômico e cultural numa “perspectiva integradora entre diferentes dimensões sociais” (HAESBART, 2019. p. 74-80).

Como discute Santos (s/d, p. 3), os Acordos de Pesca são configurados a partir da realidade e necessidade de cada comunidade ribeirinha. Esses Acordos têm intuito de frear os

impactos socioambientais e econômicos sofrido pelas comunidades, além de reafirmação simbólica identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos das comunidades ribeirinhas vêm sendo negados e silenciados durante anos. Essa “negação” tem levado essas comunidades, nas últimas décadas, a criarem meios de organização, resistências, existências e reafirmação identitária diante a ausência de políticas públicas estatais, que deveriam ser voltadas para a proteção, preservação, não só no âmbito ambiental, mas também para a proteção de sua identidade ribeirinha.

O Acordo de Pesca discutido nessa pesquisa é entendido como uma das mais fortes formas de resistência da comunidade ribeirinha localizada no rio Cardoso, uma vez que essa comunidade se organiza através do Acordo de Pesca para garantir a continuação da pesca artesanal e assim também como a garantia de seu modo de vida.

A presente pesquisa evidenciou a importância desse Acordo para a vida dos ribeirinhos da comunidade de Rio Cardoso. Buscou discutir seus impactos econômicos, culturais e de identidade, e a transformação no comportamento dos moradores locais em relação à preservação dos recursos naturais. Esse comportamento trouxe melhorias para a comunidade, melhorias estas que são exemplificadas a partir da partilha dos recursos pescados, solidariedade e defesa do território onde vivem. Território este que é cheio de sentidos e significados para as comunidades tradicionais.

A Pesquisa de Campo demonstrou o Acordo de Pesca como uma forma de salvação dos rios, sendo uma chave e porta de organização das comunidades ribeirinhas, sendo uma manifestação da coletividade para suprir e enfrentar, com firmeza, os limites e as dificuldades que surgem. Nesse sentido, os Movimentos sociais nessa localidade são de suma importância, pois, contribui na construção social e econômica menos desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de. SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em geografia**. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/929>>. Acesso em: Março de 2022.

ARNAUD, Mário J. de C. **Gestão ambiental no Baixo Tocantins: dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS**. Belém. Dissertação (Mestrado em Geografia) -

Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

BARTHEM, R. B. PETRERE JR, M. ISAAC, V. J. RIBEIRO, M. L. B. MCGRATH, D. G. VIEIRA, I. J. A. VALDERAMA-BARCO, M. A. **A pesca na Amazonia: problemas e perspectivas para o seu manejo.** In: Valadares-Pádua, C & Bodmer, R. E. [eds] Manejo e conservação da Vida Silvestre no Brasil. MCTCNPq, Sociedade Civil Mamirauá, 1997. 173-184.

CPP. Conselho Pastoral dos pescadores. **Conselho e Acordos de Pesca: o que é?.** Diocese de Santarém. s/d.

COSTA, Pamela Melo. **Acordos de pesca: desafios de implementação e consolidação em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará, Brasil.** Belém, 2010.

ESTATUTO DO ACORDO DE PESCA DO RIO CARDOSO, 2008, Limoeiro do Ajuru. **Estatuto.** Limoeiro do Ajuru/Pa.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais.** São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: E. Bertrand Brasil, 2019.

JACAÚNA, Tiago da Silva. **Conflitos, Acordos e Direitos de Propriedade Comum no Estado do Amazonas.** Florianópolis, V Encontro Nacional da Anppas, 2010.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense.** Rio de Janeiro: Niterói, 2014.

_ (Org)MARIN, R. E. A. NOVAES, J. S. **Povos tradicionais com estratégias empresariais no Maranhão e Pará.** UEA Edições, 2015.

SANTOS, Valcir Bispo. **Acordos de Pesca e “capital social ribeirinho” na Amazônia Oriental: a dimensão cultural em concepções contemporâneas de desenvolvimento e sustentabilidade.** Pará, UFPA.

SISTEMATIZAÇÃO dos acordos de pesca do Rio Cardoso, Limoeiro do Ajuru (PA). Priscilla Malafaia. Youtube. 12 abr. 2017. (29min58s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9-Dc35qyfMk>>. Acesso em 03 de out. 2019.

Ariete Pastana Leão

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cidade, Territórios e Identidades - PPGCITI_ UFPA Campus de Abaetetuba e bolsista CAPES do PPGCITI. Graduanda em geografia pela UFPA Universidade Federal do Pará (2022). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci Uniasselvi (2017). Participa como pesquisadora no Projeto de pesquisa "Uso de Sistema de Informações Geográficas (SIG 's) para mapeamento de práticas socioecológicas adaptando se às mudanças climáticas no Baixo Tocantins", coordenado pela Professora Doutora Eliana Teles Rodrigues. Participa como pesquisadora voluntária do projeto de pesquisa do Grupo de estudo e pesquisa em geografia agrária e território na Amazônia-GEAT, coordenado pelo professor Doutor Mário Júnior de Carvalho Arnaud, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Bolsista do projeto de extensão "Cultura territorializadas no Baixo Tocantins e Marajó: oralidades em história e geografias regionais" , sob a portaria n. 037/2021 - CUNTINS, aprovado no edital nº01/2021 PROEX/UFPA-PIBEX 2021, coordenado pelo professor Doutor Mário Júnior de Carvalho Arnaud, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Participa como voluntária no projeto de pesquisa e extensão intitulado "Cartografia social das experiências de acordos comunitários de pesca de Limoeiro do Ajuru-PA", coordenada pelo professor Doutor Edir Augusto Dias Pereira, através do Grupo de pesquisa em cultura, território e resistência da Amazônia Tocantina (SÍTIO), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Atuou com professora pela prefeitura de Limoeiro do Ajuru/PA (2017 - 2022). Atuou como Coordenadora Escolar pela prefeitura de Limoeiro do Ajuru/PA (2017 - 2018)

Email: etyleao190693@gmail.com

Mário Júnior de Carvalho Arnaud

Possui Graduação em Geografia, Licenciatura e Bacharelado (2004). Fez Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2010). Doutorado em Geografia (2019), pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é lotado como Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), no Campus Universitário do Tocantins - Cametá (CUNTINS), lotado na Faculdade de Geografia (FAGEO), da qual foi Diretor da mesma. Foi Coordenador Adjunto de Extensão, atuando na Divisão de Arte e Cultura do Campus de Cametá (UFPA) e atualmente é Coordenador de Extensão do Campus de Cametá (UFPA). Foi Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) de 2010 a 2015, lotado no Instituto de Ciências da Educação (ICED), Programa de Ciências Humanas, no Curso de Geografia, de onde foi coordenador. Ainda pela UFOPA, foi Coordenador do PARFOR/área da Geografia. Atualmente é Coordenador de Extensão do Campus de Cametá/UFPA. Atua na área da Geografia Humana, subárea Geografia Agrária e Geografia Regional. Pesquisa sobre Movimentos socioterritoriais rurais, territorialidades, Comunidades tradicionais, Populações e dinâmicas socioterritoriais ribeirinhas. Pesquisa sobre Epistemologia da Geografia, mudanças socioespaciais e movimentos socioambientais.

Possui pesquisas sobre movimentos socioterritoriais no espaço rural amazônico, em Reservas Extrativistas e Gestão Ambiental municipal no estado do Pará. É coordenador do GEAT - Grupo de estudo e pesquisa sobre Geografia Agrária e território na Amazônia, da FAGEO/Cametá. É membro do Grupo de pesquisa DINÂMICAS TERRITORIAIS DO ESPAÇO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA (GDEA), da UFPA, Campus do Guamá/Belém. Atua na Extensão como coordenador do Projeto: CULTURAS TERRITORIALIZADAS NO BAIXO TOCANTINS e MARAJÓ: oralidades em histórias e geografias regionais, pela Divisão de Arte e Cultura (Campus de Cametá-UFPA). É coordenador do PIBID (2022/2023/UFPA), Projeto Interdisciplinar das áreas de Ciências e Geografia em escolas do Campo de Cametá, Pará.

E-mail: marioarnaud@ufpa.br